

APRESENTAÇÃO / PRESENTATION

O presente volume da Revista *Veritas* reúne dez trabalhos originais em torno de problemas de Ética Normativa, Metaética e Filosofia Política, um artigo seminal sobre Filosofia da Matemática e uma entrevista sobre o panorama atual da Filosofia no Brasil.

O primeiro ensaio, de autoria de Claudio Dalbosco, investiga o problema da unidade entre o *Segundo Discurso*, o *Émile* e *Do Contrato Social*, enquanto obras filosóficas mais representativas do pensamento de Jean-Jacques Rousseau. O artigo reconstrói duas tradições interpretativas, uma favorável e outra contrária à unidade. A primeira, representada por Vaughan, Guérout e Kersting, procura mostrar a incompatibilidade entre o diagnóstico pessimista do *Segundo Discurso* e o ideal normativo atribuído ao Estado pelo *Do Contrato Social*. A segunda tradição interpretativa, que remonta a Immanuel Kant, postula a unidade focando no papel normativo que o *Émile* atribui à educação como forma de correção da maldade humana e da corrupção social e política. Ao assumir partido favorável a esta segunda interpretação, o ensaio destaca a centralidade que o *Émile* ocupa na arquitetônica do pensamento de Rousseau. Disso resulta a importância da teoria educacional na elaboração do ideal republicano e democrático baseado na vida livre de iguais entre iguais.

Em seu estudo seminal sobre Schmitt e Maquiavel, Helton Adverse apresenta, em linhas gerais, a recepção de Maquiavel na obra de Carl Schmitt durante a década de 1920, com especial atenção ao livro sobre a ditadura e sobre o conceito do político, destacando a significativa mudança na interpretação schmittiana a partir do momento em que está em jogo a busca pelo critério próprio do político. O artigo discute brevemente as razões que explicam esta mudança de apreciação, terminando por examinar por que, mesmo no momento em que se encontram mais próximos, resta entre esses autores uma irreduzível exterioridade.

Ivanhoé Leal analisa o discurso narrativo e o presente histórico em Paul Ricoeur, em particular uma das teses da sua teoria narrativa,



que concede ao discurso histórico a habilidade de configurar a experiência temporal humana, sempre exposta à trama de perspectivas cruzadas entre a expectativa do futuro, a recepção do passado e a vivência do presente. Face à multiplicidade do tempo, os lineamentos argumentativos ricoeurianos indicam o ato narrativo como a condição tanto de pensar a efetividade das ações humanas e sua reconstrução histórica, quanto de forjar uma unidade plural própria a uma consciência hermenêutica.

“As Antinomias Metaéticas Entre Cegos e Não-Cegos e o Problema do Realismo Moral”, de autoria de Léo Peruzzo Júnior, apresenta o *cognitivismo moral pragmático* como forma de superar as antinomias clássicas entre cegos e não-cegos e a (im)possibilidade de representação mental do conteúdo moral. Esta posição é sustentada a partir da reconstrução do debate metaético instaurado entre cognitivistas e não-cognitivistas, especialmente nas interpretações fornecidas pelo realismo moral de McDowell e pelo quase-realismo de Blackburn. Assim, o pressuposto comum a essas duas teorias metaéticas – a saber, cognitivismo e não-cognitivismo – pretende ser superado pelo *cognitivismo pragmático*, uma vez que suas falsas dicotomias partem da tese de que todo conhecimento moral é proposicional. Para sanar esse paradoxo, o Autor evita uma dicotomia radical entre fatos e valores, de forma a concluir que não há ações que podem ser valoradas extrinsecamente ao contexto do seu uso.

Luiz Paulo Rouanet reformula a concepção rawlsiana de sujeito em quatro momentos: (I) recapitula algumas das críticas à concepção de sujeito em John Rawls; (II) examina um texto de Rawls de 1963, intitulado “O senso de justiça”, de forma a mostrar, com base nesse texto, que não se pode afirmar que o ser moral rawlsiano é destituído de carne, sangue ou vida, como sugeriram alguns críticos, na esteira das críticas de Hegel a Kant; (III) examina trechos de *Uma teoria da justiça* que lidam, direta ou indiretamente, com o conceito de sujeito; finalmente (IV) examina textos de Rawls publicados após sua obra-prima que possam ser relevantes para esse complexo tópico.

Em seu ensaio seminal “David Hume e o número de Dunbar”, Marcelo de Araújo revisita: uma hipótese evolucionista sobre os fundamentos da moralidade, com o fito de caracterizar o conceito de justiça como uma convenção social indispensável para a emergência de obrigações morais no contexto de grupos que ultrapassam o chamado “número de Dunbar”. O artigo retoma, por um lado, a teoria da justiça proposta por David Hume na terceira seção de *Uma Investigação sobre os Princípios da Moral*, e, por outro lado, a hipótese de Robin Dunbar acerca do número máximo de indivíduos com os quais uma pessoa pode manter relações sociais

estáveis que envolvam laços de amizade, vínculos de família, e histórias pessoais compartilhadas.

Paulo César Nodari revisita os conceitos de Humanidade e Dignidade em Kant, à luz da constatação inicial de que a ciência e a tecnologia ocupam hoje um lugar fundamental e insubstituível na construção da realidade sociocultural. Ambas estão ligadas ao destino da vida humana, sendo que o ser do homem está marcado cada vez mais pela ciência e a depender dela em sua efetivação. Porém, do expressivo avanço científico-tecnológico, observa o Autor, advém um dilema que penetra o âmago da realidade sociocultural humana: o ser humano contemporâneo, por um lado, sente-se orgulhoso de ter superado a pura facticidade existencial de uma vida simplesmente inserida em crenças tradicionais, assumindo, por sua vez, a consciência de seu processo de autoconstrução e uma vida eminentemente racionalizada, mas, por outro, ele não consegue superar e ultrapassar a vigência histórica da normatividade da comunidade humana histórica na qual ele está inserido. Contudo, percebendo-se que o progresso científico-tecnológico avança rapidamente, exigindo, pois, um novo espectro do raciocínio ético da ação, dimensão esta desconhecida a todas as formas precedentes de ação e reflexão, constata-se certo descompasso entre os avanços da ciência e da tecnologia com o alcance da reflexão e da práxis do agir ético, especialmente, depois que a ciência e a técnica ampliaram a margem de liberdade e autonomia a ponto de ser possível afirmar, depois de um desencantamento da natureza externa, agora, uma espécie de um novo encantamento com a natureza interna. À luz dessa nova conjuntura sociocultural, tem-se o propósito de remontar à *Fundamentação da metafísica dos costumes* de Kant na segunda formulação do imperativo categórico, *humanidade como fim*, a fim de investigar se a mesma, por um lado, pode ser aproximada à compreensão do *fim último* e do *fim final* no processo de moralização na *Crítica do juízo*, e, por outro lado, se tal formulação pode ser ancoradouro razoável à discussão ética contemporânea de espectro eminentemente científico.

Rodolfo Jacarandá reexamina os pressupostos filosóficos do maquiavelismo e o surgimento da via moderna em política. Como mostra o Autor, um movimento geral de ideias definido no século XVI e XVII pelo conceito de *maquiavelismo* engendrou mudanças profundas na arquitetura conceitual dos pensadores e articulistas dos assuntos públicos, afetando a obra de grandes filósofos, de Bodin e Lipsius até Hobbes. A partir de pesquisas desenvolvidas no programa de doutorado em filosofia da Unicamp, o Autor busca demonstrar quais foram os pressupostos filosóficos centrais dessa ruptura e como Maquiavel reconstruiu em suas principais obras, *O Príncipe* e *Os discursos sobre*

a *primeira década de Tito Lívio*, uma série de conceitos antigos para dar-lhes um sentido completamente novo e radical.

Em seu artigo seminal sobre a Semântica Expressivista, Wilson Mendonça mostra como o programa semântico do expressivismo surgiu como uma tentativa de fundamentar a visão não-cognitvista do discurso ético, mas logo foi generalizado de forma a cobrir a linguagem normativa em geral. Destarte, tal programa promete desenvolver uma alternativa global à abordagem clássica da semântica das condições de verdade: uma teoria não-factualista, baseada na pragmática, do significado linguístico. Os expressivistas veem o conteúdo das sentenças normativas como determinado pelo seu uso primário, que é não-descritivo. As versões tradicionais da semântica expressivista procedem associando sistematicamente às sentenças normativas as atitudes mentais que elas convencionalmente expressam. Elas assumem que, se as sentenças simples expressam atitudes, a aplicação a essas sentenças dos conectivos da lógica proposicional ou da ligação de variáveis resulta em sentenças complexas que também expressam atitudes. O núcleo do artigo avalia algumas tentativas influentes de desenvolvimento do programa expressivista, focando em um problema discutido com veemência na literatura: o “problema da negação para o expressivismo.” Algumas abordagens propostas nos últimos anos, baseadas na rejeição da assunção central do expressivismo tradicional, são consideradas em detalhes. Embora uma avaliação definitiva dessas abordagens inovadoras como explicações satisfatórias do funcionamento da linguagem normativa não possa ainda ser alcançada, o trabalho afirma que há razões para otimismo.

Em seu artigo original “How Structuralism Can Solve the ‘Access’ Problem”, Otavio Bueno, revisita o estruturalismo matemático, de acordo com o qual a matemática não consiste no estudo de objetos matemáticos, mas de estruturas. Ao afastar-se dos objetos, o estruturalista reivindica uma posição que lhe permite resolver o chamado problema do “acesso”, a saber: é possível explicar a possibilidade do conhecimento matemático sem exigir qualquer acesso aos objetos em questão? Fraser MacBride criticou a resposta estruturalista, argumentando que esta enfrenta um dilema na tentativa de resolver o problema em apreço. Neste artigo, o Autor argumenta que o dilema de MacBride pode ser resistido e que, especialmente na versão articulada por Michael Resnik, o estruturalismo pode resolver o problema do acesso. O Autor mostra, para este fim, exatamente como o dilema de MacBride falha, argumentando que esta falha nos fornece uma oportunidade para destacar uma característica importante do estruturalismo, a saber: a maneira pela qual ele articula uma imagem fundamentalmente diferente da episte-

mologia matemática com relação àquela sugerida pela epistemologia tradicional.

Erick Lima reconsidera a interpretação proposta por McDowell acerca do debate epistemológico travado entre Kant e Hegel, adotando como fio condutor a estrutura conceitual da experiência. Primeiramente, o Autor tenta elucidar o sentido mais geral da recuperação de estratégias hegelianas pela filosofia analítica. Em segundo lugar, procura descrever a posição mais geral adotada por McDowell à luz do debate Kant-Hegel, seu apelo ao argumento wittgensteiniano da linguagem privada e sua inserção no debate moderno em torno da percepção de qualidades secundárias e de cores. O Autor oferece, em seguida, uma interpretação de alguns argumentos na Fenomenologia do Espírito seguindo indicações de McDowell. Finalmente, baseando-se na obra *Having the World in View*, o Autor procura mostrar o sentido geral de sua interpretação alegórica da dialética do senhor e do escravo.

Em seu artigo sobre Hegel e as razões da contingência, Gustavo Chataignier situa em linhas gerais o debate contemporâneo no que tange ao hegelianismo, apontando tanto para a crítica ao sujeito legislador como para novas leituras abertas à contingência. Em um segundo momento, o Autor expõe os argumentos presentes nos chamados “cursos de filosofia da história”, evidenciando primeiramente seu princípio identitário, para em seguida problematizar a pertinência desse uso mediante os argumentos de um pensamento relacional e portanto ontologicamente dinâmico e empiricamente comparativo. Por fim, o Autor levanta a hipótese da extração de um *modus operandi* da letra hegeliana, sem, contudo, fazer sistema. Nesse sentido, o conceito modal de “possível” substituiria a “liberdade” em prol de uma racionalidade da contingência.

Finalmente, incluímos neste número um *Hangout UNESCO*, programa de bate-papo *online* da UNESCO no Brasil, em celebração ao Dia Mundial da Filosofia em 2015. A UNESCO no Brasil e a Cátedra UNESCO Archaí da Universidade de Brasília (UnB) organizaram, em novembro de 2015, esse evento que teve como tema os desafios da filosofia para o século XXI. A gravação vídeo do *hangout* está disponível no endereço <http://bit.ly/hangout_filosofia>. O *hangout* foi produzido pelo Professor Gabriele Cornelli, Coordenador da Cátedra UNESCO Archaí da UnB, com o auxílio de Renato Brandão, Pós-Doutorando na mesma Cátedra. Participaram do *hangout* os Professores Vinicius Berlendis Figueiredo (Universidade Federal do Paraná), Alexandre Sá (Universidade de Coimbra), Maria Cecília de Miranda Coelho (Universidade Federal de Minas Gerais) e Fernando Santoro (Universidade Federal do Rio de Janeiro). A mediação foi de Ana Lúcia Guimarães, Coordenadora da Unidade de Comunicação da UNESCO Brasil.

A revista *Veritas* mantém o seu compromisso com a produção científica e a pesquisa filosófica realizadas em vários centros de excelência do Brasil e do exterior. Trata-se, portanto, de dar continuidade a um conjunto consistente de pesquisas em teorias ético-normativas, metaéticas e político-filosóficas através de uma abordagem analítica que combina o rigor das análises conceituais com a erudição da História da Filosofia e das Ciências.

Nythamar de Oliveira

Professor de Filosofia da PUCRS
Pesquisador do CNPq